

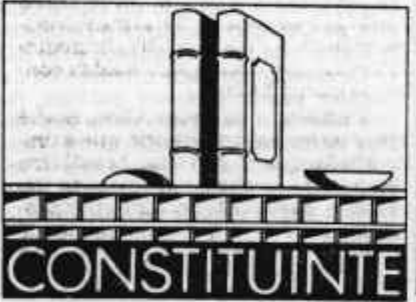
Ulysses defende 5 anos para Sarney

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Um mandato de seis anos para o presidente José Sarney é "exagerado". O ideal é um período de cinco anos, para que seja mantida a tradição do País. A opinião é do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que ontem se reuniu, pela manhã, com o presidente da República e com o ministro da Fazenda, Dáson Funaro. Em São Paulo, no final da tarde, Ulysses declarou que Sarney não saberá qual a duração de seu mandato antes de 15 de novembro.

Ulysses descartou qualquer possibilidade de uma definição a curto prazo sobre o mandato presidencial, explicando que a questão deve seguir todos os trâmites constitucionais a partir da Subcomissão de Organização dos poderes do Estado até 15 de novembro, data prevista por ele para a conclusão dos trabalhos e votação final. "Antes disso, Sarney poderá fazer previsões a partir da posição dos grandes partidos", comentou.

Ao defender o período presidencial de cinco anos, Ulysses Guimarães observou que "este é o tempo que um chefe de Estado precisa para resolver os problemas do País", e lembrou que desde 1930 o Brasil op-



CONSTITUINTE

to pelo mandato de cinco anos, estabelecendo uma tradição interrompida apenas no governo do general João Figueiredo, de seis anos.

A redução do mandato para cinco anos, na opinião de Ulysses, terá a concordância do presidente Sarney, "que foi parlamentar durante praticamente toda a sua vida, e, portanto, vai aceitar a decisão tomada na Constituinte". Ele confirmou que, dentro do PMDB, existe uma inclinação pela fixação do mandato de cinco anos, mas ressaltou que a decisão final depende da aprovação do plenário da Assembleia, composto por 559 constituintes de 12 partidos diferentes.

"Quero dizer que não será só esse assunto que vai se resolver na Constituinte", enfatizou Ulysses. "Temos que verificar o problema do presidencialismo ou parlamentarismo, ou se o voto é distrital ou proporcional." Voltando à questão do mandato, o presidente da Constituinte disse que seis anos formam um período "inusitado como regra nos demais países democráticos. Mas também a pretensão de se fazer uma eleição logo depois da Assembleia é totalmente inconveniente".

O vice-líder do PMDB, deputado Miro Teixeira, também considera que existe em seu partido uma tendência majoritária a favor do mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Mas admite que a questão depende da aprovação do PFL, cujos líderes já se manifestaram várias vezes pela manutenção do período de seis anos.

O presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, passa o fim de semana em São Paulo. Representando o presidente Sarney, ele assistirá a posse do governador Orestes Quércia. Vai ainda se encontrar com o ministro João Sayad, para tomar conhecimento da próxima reforma econômica.



Ulysses acha que 6 anos seria período "exagerado"

Primeiros 60 dias devem ser decisivos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os primeiros 60 dias de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte e o período da primeira votação do projeto de Constituição, programado para acontecer em agosto, são os momentos mais decisivos e propícios à participação popular na elaboração da nova Carta. O alerta é do ex-deputado João Gilberto (PMDB-RS) e atual diretor do Centro de Estudos e Acompanhamentos da Constituinte (Ceac), ao fazer ontem uma avaliação do Regimento Interno, que será distribuída a várias entidades de classe, orientando-as para o encaminhamento de suas sugestões.

João Gilberto ressaltou que a forma como vai ser elaborada esta Constituição é "bastante ousada". Em 1946, o que existia era uma Comissão de Projeto e, este ano, existem nove comissões, sendo uma de sistematização e oito temáticas, que se subdividem em três subcomissões. Nas subcomissões é que serão desenvolvidas, no primeiro momento, as questões sociais, econômicas, políticas e culturais, que depois serão apreciadas pelas comissões afins. De acordo com o diretor do Ceac, as subcomissões são obrigadas a realizar de 5 a 8 audiências públicas com entidades representativas de setores da sociedade. "Durante 40 dias — prazo de funcionamento das subcomissões — é importante a apresentação de idéias básicas sobre os temas e a contribuição dos grupos de pesquisa e comunidade", advertiu João Gilberto.

Ele frisou que cabe aos movimentos populares interessados em

questões específicas acompanhar os 21 Deputados e senadores que formarão a subcomissão onde elas terão o primeiro tratamento. Os 63 membros que integrarão a Comissão Temática também não devem ser perdidos de vista, recomendou, pois serão este grupo o responsável pela formulação da proposta sobre o tema que vai constar do projeto de Constituição. Tudo isso acontecerá em 60 dias.

A etapa em que a matéria aprovada pela Comissão Temática vai à Comissão de Sistematização para ser unificada com o restante acontecerá nos 30 dias seguintes. Segundo João Gilberto, este é "um momento de atenção". A Comissão de Sistematização não pode inverter o mérito das proposições, ou seja, se a comissão temática respectiva aprovar o parlamentarismo, a Comissão de Sistematização não pode transformar o regime em presidencialista. Neste momento, caberão apenas ajustes na redação.

Quando o projeto estiver pronto, em fins de junho, vai se iniciar a etapa de emendas de plenário, durante 30 dias. Nesse período, será admitida oficialmente a apresentação de emendas populares, inscritas por 30 mil eleitores. "Se um assunto não constou adequadamente no texto da Constituição, precisa haver emenda sobre ele nesta hora, pois, do contrário, estará perdida a chance de vê-lo adequadamente apreciado", alertou o ex-deputado.

No final de agosto, início de setembro, o projeto da nova Carta será votado em primeiro turno e, de acordo com João Gilberto, será o momento das grandes manifestações populares.

Pedessista quer mais esforço

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Discursando para dez dos 559 constituintes, imediatamente após a abertura da sessão de ontem, o deputado Adilson Mota (PDS-RS) denunciou a "falta de respeitabilidade e de credibilidade em que a Assembleia Nacional Constituinte vai resvalando" e advertiu que esta "apatia" poderá comprometer, definitivamente, sua imagem junto à opinião pública do País.

O parlamentar fez duas sugestões para evitar que isto aconteça: maior empenho do presidente Ulysses Guimarães no exercício de suas funções, "não se limitando a ouvir críticas, mas tomando providências"; e uma reunião das lideranças partidárias para que seja estudado novo mecanismo de funcionamento do plenário, "quando se poderia considerar a possibilidade de haver um número determinado de constituintes de plantão, para que o vazio do plenário não venha a se confirmar como realidade incontornável".

Adilson Mota reconheceu que no passado, com os votos dos "planis-

tas" (parlamentares que votavam duas vezes) e com o voto de liderança, o descrédito do Legislativo atingiu níveis preocupantes e lembrou que, agora, "nada justifica que a má imagem não seja apagada".

O deputado propôs que os substitutos dos constituintes, "sem artifícios de qualquer espécie", sejam imediatamente fixados pela Mesa da Assembleia.

MILITARES

Mais uma vez a "escalada militarista" foi tema de destaque na sessão de ontem, com quatro deputados — Augusto Carvalho (PCB), Agassiz Almeida (PMDB), Eduardo Bonfim (PC



Adilson Mota

do B) e Amaury Muller (PDT) alertando para os riscos do que vem acontecendo no País.

A militarização das greves pelo emprego das Forças Armadas, "criando embaraço àqueles que, através do diálogo, procuram harmonizar as partes em confronto" e "os riscos que a desenvoltura militar" no tratamento de problemas sociais poderá trazer para a soberania da Constituinte foram temas dos pronunciamentos dos parlamentares. O peemedebista Agassiz Almeida (PB) considerou a movimentação militar "uma demonstração de força que já afeta a soberania da Constituinte", enquanto o comunista Augusto Carvalho, de Brasília, anunciou que apresentará projeto de decisão revogando a Lei de Greve, que fornece ao presidente da República poderes para tentar resolver conflitos trabalhistas "e que, lamentavelmente, estão sendo usados".

Amaury Muller (RS) considerou "criminoso" a intervenção militar nas instalações portuárias e refinarias e previu que fatos como esses em nada contribuirão para tirar o País da crise mais grave de sua História.

Disputa fica entre Covas e Henrique

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, resolveu não interferir na disputa pela liderança do partido na Assembleia Constituinte, entre o senador Mário Covas (SP) e o deputado Luiz Henrique (SC), que é o líder da bancada na Câmara. A informação é de deputados dos mais ligados a Ulysses Guimarães.

Nos últimos dias, circulou na bancada do PMDB a notícia de um movimento para promover a indicação do líder, e não a eleição, para evitar o confronto. Houve reações, até mesmo de parlamentares que ainda não apoiam Mário Covas. A eleição foi decidida entre os líderes e o presidente do partido, quarta-feira, pela manhã.

Parlamentares ligados a Ulysses Guimarães disseram ao presidente do PMDB que a candidatura Mário Covas "está ganhando dimensão" e que ficaria "muito pesado para o partido" derrotar o senador paulista por força de tese do corporativismo. Isto é, de que deputado vota em deputado e não em senador. São 258 deputados e 46 senadores do PMDB na Assembleia Constituinte.

Muitos parlamentares do PMDB, mesmo não poupando elogios a Covas, afirmam que sua vitória reforçaria ainda mais a predominância dos paulistas no Congresso.

Cardoso abranda forma de convocar ministros

Os ministros de Estado poderão comparecer às comissões constitucionais temáticas da Assembleia Nacional Constituinte, desde que convidados e previamente informados do tema do depoimento, ficando a comissão que o convidar limitada ao tema constitucional da sua especialidade, segundo vai constar na redação final do regimento interno permanente da Constituinte, alterado por alguns destaques, e que vai ser apresentado pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, na próxima terça-feira, quando será votado.

A possibilidade de convite para comparecimento de ministro de Estado para depor sobre assuntos constitucionais prefixados foi uma maneira que o relator Fernando Henrique Cardoso encontrou para concili-

ar interesses e propostas mais radicais, que pretendiam a convocação (e não o convite) de ministros de Estado, inclusive para depoimento perante o plenário da Constituinte.

Duas outras alterações vão dificultar mais ainda o término dos trabalhos constituintes, coincidente com uma data nacional que possa marcar solenemente a promulgação da nova Constituição: a Aliança Democrática queria 7 de setembro, mas diante da evidência da impossibilidade disso, previu-se 15 de novembro como melhor alternativa. Mas pelas previsões do próprio senador Fernando Henrique Cardoso nem isso poderá ser conseguido facilmente. Foram também ampliados os prazos para o trabalho das subcomissões, que passaram de 40 para 60 dias, e das comissões, de 60 para 80 dias.

Deputado denuncia aliciamento

O governo federal está distribuindo dez mil cargos, tanto em Ministérios como em delegacias regionais de órgãos públicos, em troca da "fidelidade" dos constituintes às teses defendidas pelo Executivo para aprovação na nova Constituição do País. A denúncia é do deputado Paulo Renato Palm (PT-RS). Segundo ele, vários deputados já receberam cargos e, há pouco tempo, muitos deles preencheram fichas — "uma espécie de raio X de suas vidas" — com indicações sobre "onde gostariam de empregar alguém".

Palm denunciou ainda que, recentemente, um dos mais jovens constituintes disse à petista Irma Passoni

que não iria "votar pela soberania", pois perderia os cargos que lhe foram assegurados pelo Executivo.

O deputado afirmou que "há um comprometimento geral dos constituintes" e que o processo de aliciamento "é feito às claras, com as fichas sendo entregues diretamente a um parlamentar membro da Aliança Democrática", cujo nome ele disse "não lembrar". Palm declarou ainda ser "público e notório" o fato de o Palácio do Planalto controlar, através de computadores, toda a atuação dos constituintes, "sabendo muito bem quem merece ou não os cargos".

Para Fogaça, há surto de exibicionismo

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O senador José Fogaça, do PMDB gaúcho, criticou ontem, em Porto Alegre, o deputado Gumerindo Milhomen (PT-SP) por ter subido à tribuna da Constituinte sem gravata e provocado uma discussão em plenário sobre o assunto. "Vamos ser sinceros: há um surto de exibicionismo parlamentar nesses primeiros dias da Constituinte. Nós estamos assistindo a um estrelismo constituinte", afirmou o senador, acrescentando desejar que esse surto "seja só epidêmico e não endêmico, para que possa ser erradicado rapidamente".

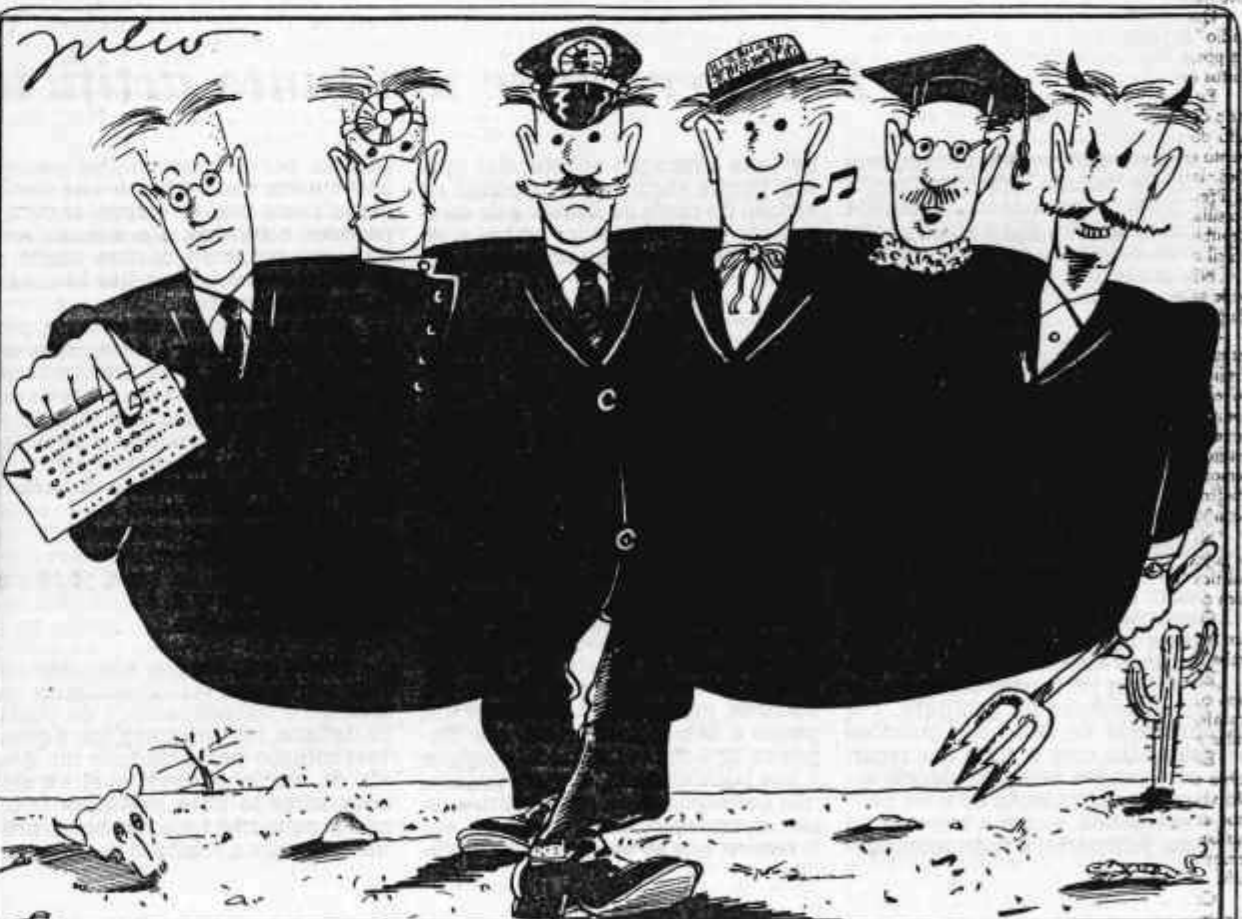
Para Fogaça, "trazendo questões menores para dentro da Constituinte, nós não estamos colaborando para que ela dê evidência aos temas fundamentais do País". O parlamentar gaúcho comentou que, pessoalmente, "detesta" usar gravata, mas observou tratar-se de uma "concessão minúscula, ridícula", para que, em troca, suas propostas "tenham credibilidade e respeitabilidade".

O senador disse não ter visto o deputado Cássio Cunha Lima (PMDB-PB) levar seu filho Diogo, de dois anos, ao plenário, na mesma sessão em que Gumerindo Milhomen compareceu sem gravata. Mesmo assim, não acredita que tenha havido maldade no gesto, "mas sim um pouco de ingenuidade, de alguém que não sabe como é que funciona a Casa".

Também o deputado Victor Faccioni, da bancada federal do PDS, considerou que o petista Gumerindo Milhomen subiu à tribuna sem gravata "para aparecer". E advertiu: "O perigo é que, se vamos por esse caminho, daqui a pouco alguém vai tirar o paletó ou o short, porque, para aparecer, haverá uma exigência de ser cada vez mais inusitado".

Para o parlamentar gaúcho, o uso da gravata e trajes apropriados no plenário e na tribuna "dá um aspecto de mais seriedade". Se algum constituinte não aceita esse hábito, prosseguir Victor Faccioni, deve dirigir-se, por requerimento, à direção da Casa.

"Lamentavelmente", prosseguiu, "assuntos banais como a gravata despertam mais atenção (em plenário) do que temas sérios como a crise econômica e social, o desgoverno e a definição do futuro institucional do País".



O exótico secretário do PTB

O líder do PTB, deputado Gastone Righi, está eufórico porque contratou o maranhense Raimundo Floriano de Albuquerque e Silva para chefe da secretaria da liderança do partido, tendo em vista o currículo, constante de seu cartão de visitas. "Raimundo Floriano de Albuquerque e Silva" "Maranhense — Contrêrâneo do homem" e, como se não bastasse, em letras menores, junta outros títulos: "Amanuense — trombonista — cinesiforo — banjoísta — alectoromaquista — propedeuta — incubo — rapsodo — diascevesta — partenomante — cruciverbista — parafrasta — pessarista — tomalargura — feseninino —

decifrador" e, por último, em letras maiores: "Compadre de Dona Carmem". "Este cartão é salvo-conduto para passar pelo Piauí sem ser assaltado", assim Raimundo Floriano de Albuquerque e Silva, ex-sargento do Exército, funcionário concursado da Câmara dos Deputados desde 1964, maranhense de Balsas, chefe de secretaria do gabinete do líder do PTB, define seu cartão de visita. Ele se negou a revelar seu salário: "Ganho 7.997,79 de salários fixos. Não ganho o que mereço, mas estou satisfeíssimo com o que ganho. explicou uma de suas qualificações: "Sou pessarista, o que bota DIU nas mulheres".

Glossário do "compadre"

- Amanuense — Funcionário público, escrevente
- Trombonista — Tocador de trombone
- Cinesiforo — Motorista (neologismo)
- Banjoísta — Tocador de banjo
- Alectoromaquista — promotor de brigas de galo
- Propedeuta — Preceptor, professor
- Incubo — Demônio sedutor
- Rapsodo — Poeta ou cantor popular
- Diascevesta — Crítico de obras alheias
- Partenomante — Que pratica a partenomania (antiga arte de adivinhar se uma mulher era ou não virgem)
- Cruciverbista — Adepto de palavras cruzadas
- Parafrasta — Que faz parafrases, isto é, desenvolve ou resume textos conservando as idéias originais
- Tomalargura — Criado do Paço
- Feseninino — Criador de versos licenciosos

CONSUMIDORES DE PETRÓLEO E ÁLCOOL

* Com a produção nacional de 600.000 barris por dia de petróleo e 200.000 barris por dia de álcool, o País pode fazer frente a bloqueios internacionais de importação. Estamos solidários com a Petrobrás para a rápida solução dos problemas atuais e garantimos a continuidade do suprimento de álcool. É a nossa mensagem de tranquilidade ao povo brasileiro.

Produtores de Álcool.